

Demonstrações contábeis
Verde 08 Energia S.A.

31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Verde 08 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Verde 08 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Tributos diferidos

A Companhia reconhece créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Conforme divulgado na Nota explicativa 7, Em 31 de dezembro de 2019, o valor do imposto de renda e contribuição social diferido registrado no ativo não circulante nas demonstrações contábeis era de R\$ 3.004 mil.

A Companhia fundamenta a recuperabilidade do tributo diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias com base em projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. Essas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas, tais como: (i) previsões de condições futuras de mercado e climatológicas; (ii) crescimento da receita; (iii) taxas de descontos; (iv) comportamento dos custos e despesas. Tais projeções incluem incertezas e julgamento profissional que podem não se realizar no futuro, podendo alterar o prazo e plano de realização. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela Administração na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, conseqüentemente, no montante registrados nas demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação das análises dos planos de negócios sobre os quais as projeções de lucros futuros são elaboradas e na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Administração relacionadas às estimativas de lucros tributáveis futuros, bem como as taxas de descontos aplicadas; análise das projeções para realização dos referidos créditos tributários considerando o plano de negócio da Companhia; análise da realização das diferenças temporárias ativas através de sua compensação com as passivas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia com relação aos impostos diferidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Verde 08 Energia S.A.
Balço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		28.563	41.216
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.928	28.422
Investimentos de curto prazo	5	1.596	-
Contas a receber de clientes	6	7.500	12.420
Tributos e contribuiões sociais a compensar		315	98
Despesas pagas antecipadamente		215	246
Outros ativos		9	30
Não circulante		264.345	265.357
Imposto e contribuão social diferidos	7	3.004	-
Imobilizado	8	256.490	260.801
Intangível	9	4.851	4.556
Total do ativo		292.908	306.573
		31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante		46.181	55.749
Fornecedores	10	9.027	9.457
Partes relacionadas	16.1	13.476	17.497
Debêntures	11	3.313	3.262
Arrendamentos		37	-
Salários e férias a pagar		110	53
Tributos e contribuões sociais a recolher	12	706	1.347
Dividendos declarados	16.1	-	1.174
Provisão para constituão de ativos	13	9.280	12.505
Provisão para gastos ambientais	14	9.846	10.376
Encargos setoriais		11	-
Credores diversos		375	78
Não circulante		144.976	139.395
Debêntures	12	144.871	139.395
Arrendamentos		105	-
Patrimônio líquido	17	101.751	111.429
Capital social		107.660	107.660
Reserva de lucros		-	3.769
Prejuízos Acumulados		(5.909)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		292.908	306.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	18	37.273	25.104
Custos operacionais			
Custos dos serviços prestados		(5.496)	(1.983)
Compra de energia elétrica		(20.660)	(8.141)
Depreciação e amortização		(5.876)	(3.183)
	19	(32.032)	(13.307)
Lucro bruto		5.241	11.797
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(637)	(582)
Pessoal		-	(8)
Honorários da diretoria e conselho de administração	16.2	(174)	-
Depreciação e amortização		(49)	(5)
	19	(860)	(595)
Lucro antes do resultado financeiro		4.381	11.202
Despesas financeiras	20	(15.004)	(5.962)
Receitas financeiras	20	1.463	823
		(13.541)	(5.139)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.160)	6.063
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	(1.072)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.004	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(6.156)	4.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.156)	4.991
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(6.156)</u>	<u>4.991</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	77.660			(48)	77.612
Aumento de capital	30.000	-	-	-	30.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.991	4.991
Reserva Legal	-	247	-	(247)	-
Dividendos declarados	-	-	-	(1.174)	(1.174)
Transferência para reserva de lucros	-	-	3.522	(3.522)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	107.660	247	3.522	-	111.429
Dividendos declarados	-	-	(3.522)	-	(3.522)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.156)	(6.156)
Absorção de prejuízo	-	(247)	-	247	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	107.660	-	-	(5.909)	101.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(9.160)	6.063
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	8 e 9	5.925	3.188
Encargos de dívidas		13.932	10.353
Encargos de dívidas arrendamentos		14	-
Outras variações monetárias líquidas		954	375
Descontos financeiros obtidos		-	(69)
Atualização monetária - Impostos a recuperar		(1)	(7)
Baixa do ativo imobilizado e intangível	8 e 9	1.645	-
		13.309	19.903
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		4.920	(7.897)
Tributos e contribuições sociais a compensar		(216)	150
Despesas pagas antecipadamente		31	149
Outros ativos		21	(30)
		4.756	(7.628)
Aumento no passivo			
Fornecedores		(430)	(3.759)
Partes relacionadas		(4.975)	-
Encargos setoriais		11	-
Salários e férias a pagar		57	(96)
Tributos e contribuições sociais a recolher		86	105
Provisão para constituição de ativos		(3.225)	(3.495)
Provisão para gastos ambientais		(530)	(294)
Credores diversos		296	(138)
		(8.710)	(7.677)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(726)	(321)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		9.355	4.598
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações em investimentos de curto prazo		(2.028)	-
Resgates em investimentos de curto prazo		432	-
Adições no imobilizado	8	(3.084)	(55.524)
Adições no intangível	9	(295)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(4.975)	(55.524)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	30.000
Pagamentos de dividendos		(4.696)	-
Debêntures tomados		-	136.668
Amortização de principal de arrendamentos		(33)	-
Pagamento de juros dos arrendamentos		(14)	-
Amortização de principal das debêntures		-	(100.000)
Pagamento de juros das debêntures		(8.405)	(7.487)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(13.148)	59.181
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(9.494)	7.934
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	28.422	20.488
Saldo no final do exercício	4	18.928	28.422
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(9.494)	7.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Verde 08 Energia S.A. (“PCH - Verde 08” ou “Companhia”) constituída em 05 de dezembro de 2013, é uma companhia de capital fechado que tem como propósito implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizado no Rio Verde, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Santa Helena de Goiás, Acreúna e Tuverlândia, no estado de Goiás.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 16º andar, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 3.702, de 09 de outubro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) autorizou a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), a implantar e explorar a PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A referida PCH opera com três unidades geradoras com potência instalada de 9,5 MW cada e uma unidade geradora com potência equivalente a 1,5 MW, totalizando 30 MW de potência instalada, e uma Subestação elevadora 13,8 kV/138 kV, interligando-se ao sistema por meio de uma Linha de Transmissão em 138 kV, com 22 km de extensão, em um circuito simples até o ponto de conexão na Subestação Santa Helena.

Em 31 de março de 2018 a primeira turbina entrou em operação comercial, a segunda turbina em 27 de junho de 2018, a terceira turbina em 9 de agosto de 2018 e a quarta turbina em 21 de novembro de 2018. A autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2044). Inicialmente a Companhia atuará no Ambiente de Contratação Livre (ACL) porém, a partir de 1º de Janeiro de 2023, a Companhia passará a atuar no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) conforme Edital Leilão A6-2017.

A autorização de exploração estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 25 de março de 2020.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor,

exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota 6 - Contas a receber de clientes: registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);

Nota 7 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota 8 - Provisão para redução ao valor recuperável: Teste de redução ao valor recuperável de ativos;

Nota 14 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo:

(A) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Não há efeitos materiais nas demonstrações contábeis.

(B) CPC 06 (R2) – Arrendamentos

(i) Políticas contábeis

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2019 um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, aluguel, entre outros na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso

foi mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do ativo e passivo de arrendamento. A depreciação é calculada e registrada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

(ii) Efeitos da transição

A Companhia aplica o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. Esta abordagem não impacta lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. A taxa de desconto aplicada foi de 9,26% a.a.

A Companhia analisou dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de *impairment* e não identificou impactos.

(iii) Impactos da adoção inicial e nas demonstrações contábeis do exercício

A Companhia aplicou a CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 para os contratos de arrendamento vigentes na data de adoção e os para novos contratos, e utilizou os seguintes expedientes práticos previstos na norma para a isenção do reconhecimento de um arrendamento: (i) arrendamentos de curto prazo (vigência de até 12 meses); (ii) itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado inferior a US\$ 5 mil); e (iii) pagamentos variáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu inicialmente R\$ 175 de contratos de arrendamentos. Para fins de mensuração subsequente, foram registrados R\$ 39 de depreciação do direito de uso e R\$ 14 de encargos financeiros.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por

perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio

ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

3.6 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;
- Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e
- Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos da receitas de geração de energia elétrica, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.8 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 18,7 MW médio equivalente a 62% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2019 é de R\$ 254,68 MW/h (R\$ 343,99 em 2018), reajustado pelo IPCA.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Numerário disponível	-	6	24
Aplicações financeiras automáticas	Até 2,00 % do CDI	390	31
Certificados de depósitos bancários	97,54% do CDI	18.532	28.367
		18.928	28.422

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de Investimento - FI Energia	1.596	-

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado, e são remuneradas em média por 99,30% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Suprimento de energia elétrica	2.780	847
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	468	1.841
Liquidação positiva CCEE	4.252	9.732
	7.500	12.420

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia, que preveem a realização do saldo de R\$ 2.214 de IRPJ diferido e R\$ 790 de CSLL base negativa até 2022.

No quadro abaixo demonstramos a expectativa de realização dos tributos diferidos:

	2020	2021	2022
Saldo de Prejuízo Fiscal IRPJ	5.138	2.479	-
Estimativa de realização IRPJ diferido ao final do exercício	941	665	608
Saldo Base Negativa CSLL	5.061	2.402	-
Estimativa de realização CSLL diferida ao final do exercício	339	239	212

8 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transferências	Reclassificação para intangível	Outros	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em serviço										
Terrenos	-	-	-	17.064	-	-	17.064	-	(1.645)	15.419
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	-	-	141.492	-	-	141.492	-	-	141.492
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	-	-	21.224	-	-	21.224	-	-	21.224
Máquinas e Equipamentos	4%	-	-	77.527	-	-	77.527	2.305	-	79.832
Móveis e Utensílios	6%	-	-	76	-	-	76	61	-	137
Direito de Uso sobre Arrendamento	22%	-	-	-	-	-	-	175	-	175
Imobilizado em curso (a)		168.897	55.524	(257.383)	(4.496)	44.064	6.606	718	-	7.324
Total do imobilizado		168.897	55.524	-	(4.496)	44.064	263.989	3.259	(1.645)	265.603
(-) Depreciação acumulada										
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	(1.686)	-	-	-	(1.686)	(2.928)	-	(4.614)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	(263)	-	-	-	(263)	(457)	-	(720)
Máquinas e Equipamentos	-	-	(1.238)	-	-	-	(1.238)	(2.495)	-	(3.733)
Móveis e Utensílios	-	-	(1)	-	-	-	(1)	(6)	-	(7)
Direito de Uso sobre Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	(39)	-	(39)
Total da depreciação acumulada		-	(3.188)	-	-	-	(3.188)	(5.925)	-	(9.113)
Total do ativo imobilizado		168.897	52.336	-	(4.496)	44.064	260.801	(2.666)	(1.645)	256.490

- (a) Imobilizado em curso: referem-se substancialmente a investimentos em materiais, equipamentos e serviços vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da PCH Verde 08. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2019 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultassem em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

9 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2017	Transferências	Reclassificação do imobilizado	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019
Intangível em serviço						
Servidões	-	60	4.496	4.556	295	4.851
Total do intangível em serviço	-	60	4.496	4.556	295	4.851
Intangível em curso						
Licença de uso de software	60	(60)	-	-	-	-
Total do intangível em curso	60	(60)	-	-	-	-
Total intangível	60	-	4.496	4.556	295	4.851

10 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Custo do uso do serviço de transmissão	88	87
Materiais e serviços	7.965	8.215
Retenção contratual	974	1.155
	9.027	9.457

11 Debêntures

a. O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante	
			Encargos	Principal	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2ª Emissão de Debêntures	15/07/2025	IPCA + 5,96%	3.783	(470)	3.313	3.262	144.871	139.395

Em 15 de julho de 2018 a Companhia realizou a 2ª emissão de 14.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10, emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, num montante total de R\$ 140.000. Sobre o valor nominal atualizados das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à 5,9559% ao ano, base 252 dias úteis e variação acumulada do IPCA. As respectivas debêntures têm como o vencimento único a data 15 de julho 2025, já sua remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de julho de 2019 e o último será em 15 de julho de 2025.

A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2019, as demais obrigações foram cumpridas.

b. As movimentações das debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2017	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2018	Encargos de dívidas	Amortização de Juros	31/12/2019
Moeda nacional									
1ª Emissão de debêntures	103.123	-	4.364	(100.000)	(7.487)	-	-	-	-
2ª Emissão de debêntures	-	136.668	5.989	-	-	142.657	13.932	(8.405)	148.184
	<u>103.123</u>	<u>136.668</u>	<u>10.353</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>142.657</u>	<u>13.932</u>	<u>-</u>	<u>148.184</u>

c. As parcelas relativas a debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Principal	-	-	-	-	147.027	147.027
(-) Custo da captação a apropriar	(470)	(470)	(470)	(470)	(276)	(2.156)
						<u>144.871</u>

12 Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica	-	442
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	285
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	473	404
Programa de Integração Social - PIS	109	87
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	59	102
Outros	65	27
	<u>706</u>	<u>1.347</u>

13 Provisão para constituição de ativos

	31/12/2017	Constituição	Realizações	31/12/2018	Realizações	31/12/2019
Passivo circulante	-	16.000	(3.495)	12.505	(3.225)	9.280

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

14 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2017	Constituição	Realizações	31/12/2018	Realizações	31/12/2019
Passivo circulante	-	10.670	(294)	10.376	(530)	9.846

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da PCH e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor da obrigação em 31

de dezembro de 2019. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, anteriormente ao processo de unitização.

15 Provisões para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que se entende terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para divulgação em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

(A) Perda provável não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(B) Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2019 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: atualmente existe um processo administrativo de natureza tributária, de valor em risco aproximado em R\$ 1.253 (o mesmo em 31 de dezembro de 2018), com natureza de risco possível de perda. Considera-se como relevante o processo abaixo relacionado:

- **Processo Administrativo nº 002issqn2018**, trata-se de exigência de suposto débito de ISS decorrente dos serviços contratados para implantação da Verde 08.

(ii) Demandas Trabalhistas: não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza (seis em 31 de dezembro de 2019 com valor em risco aproximado de R\$ 12) com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

16 Partes relacionadas

16.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos em aberto de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.		468	1.841
		468	1.841
Passivo circulante			
Dividendos declarados aos acionistas		-	1.174
Nota de débito - Alupar Investimento S.A.		13.476	17.497
Serviços Tomados - AF Energia S.A.		603	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/ AF Energia S.A		37	-
		14.116	18.671
Passivo não circulante			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/ AF Energia S.A		105	-
		105	-
		31/12/2019	31/12/2018
Receita			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.		5.511	1.841
Venda de energia elétrica - Foz do Rio Claro Energia S.A.		-	258
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.		-	870
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.		-	806
	17	5.511	3.775
Despesa			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A	18	7.370	-
Serviços Tomados - AF Energia S.A.		642	-
Atualização nota de débito - Alupar Investimento S.A		999	375
		9.011	375

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

A Nota de débito emitida pela Alupar Investimento S.A. corresponde a alguns gastos na elaboração do projeto.

16.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2019
Alupar	13/06/2018	Assembleia Geral Extraordinária	2º Debêntures Verde 08	Fiadora	15/07/2018	15/07/2025	140.000	148.184

16.3 Remuneração da alta administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios de curto prazo (a)	174	-
Total	174	-

- (a) Compostos por ordenados, salários e benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

17 Patrimônio líquido

Capital social

Em 08 de fevereiro de 2018, a Companhia, através de a de assembleia geral extraordinária, aumentou o seu capital social de R\$ 77.660 para R\$ 107.660 mediante a emissão de 30.000.000 (30 milhões) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 26 de julho de 2018 à Alupar Investimento S.A. vendeu à Volts Empreendimentos e Participações Ltda 16.149 (dezesseis milhões, cento e quarenta e nove mil) ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31 de dezembro de 2018 e 2019	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S/A	91.511.322	85,00
AF Energia S.A.	1	0,00
Volts Empreendimentos e Participações Ltda	16.149.057	15,00
Total das ações	107.660.380	100,00

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	4.991
Absorção de prejuízo acumulado	(48)
Reserva legal	(247)
Subtotal	4.696
Dividendo mínimo obrigatório	(1.174)
Reserva de lucros	(3.522)
Saldo de lucros acumulados	-

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 6.156.

18 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia (ambiente livre)		32.734	11.903
Suprimento de energia (ambiente livre) - partes relacionadas	15.1	5.511	3.775
Ajuste positivo CCEE		2.921	10.377
		41.166	26.055
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(673)	(169)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(3.086)	(782)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(134)	-
		(3.893)	(951)
Receita operacional líquida		37.273	25.104

19 Custos e despesas operacionais

		31/12/2019		31/12/2018	
Nota		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
	Encargos de uso da rede elétrica	(1.047)	-	(526)	-
	Doações, contribuições e subvenções	(12)	-	(16)	-
		(1.059)	-	(542)	-
Custos gerenciáveis					
	Energia comprada para revenda	(13.290)	-	(8.141)	-
	Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	(7.370)	-	-	-
16.1	Seguros	(756)	(18)	(45)	(170)
	Alugueis	(123)	(28)	(48)	(19)
	Pessoal	(1.395)	(4)	(342)	(14)
16.2	Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(174)	-	-
	Material	(142)	(31)	(293)	-
	Serviços de Terceiros	(1.964)	(552)	(634)	(382)
	Outros tributos e taxas	(57)	(4)	(79)	(5)
		(25.097)	(811)	(9.582)	(590)
	Depreciação e Amortização	(5.876)	(49)	(3.183)	(5)
8 e 9		(5.876)	(49)	(3.183)	(5)
	Total	(32.032)	(860)	(13.307)	(595)

20 Resultado financeiro

Nota	31/12/2019	31/12/2018	
Receitas Financeiras			
	Receita de aplicações financeiras	1.462	747
	Outros	1	76
	Total	1.463	823
Despesas Financeiras			
	Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(13.932)	(5.539)
16.1	Atualização monetária - Partes relacionadas	(883)	(375)
	Outros	(189)	(48)
	Total	(15.004)	(5.962)
	Total líquido	(13.541)	(5.139)

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	31/12/2019		31/12/2018	
	Lucro Real		Lucro Presumido	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(9.160)	(9.160)	6.063	6.063
(-/+ Adições e/ou exclusões *	-	-	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(9.160)	(9.160)	6.063	6.063
Faturamento e Ajuste positivo	-	-	26.054	26.054
Presunção do lucro - 8% / 12%	-	-	2.084	3.126
Receita financeira	-	-	823	823
Base de cálculo IR e CS	(9.160)	(9.160)	2.907	3.949
Tributos Diferidos *	(2.214)	(790)	-	-
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de adicional IRPJ	10%	-	10%	-
			716	355
Outros ajustes	-	-	1	-
Total dos tributos	(2.214)	(790)	717	355
Alíquota efetiva	32,79%		17,69%	

* A partir de 1º de janeiro de 2019 a companhia optou pelo regime de tributação lucro real.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	6	6	24	24	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	18.922	18.922	28.398	28.398	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	1.596	1.596	-	-	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	7.500	7.500	12.420	12.420	-	Custo amortizado
	7.500	7.500	40.842	40.842		
Passivo						
Fornecedores	9.027	9.027	9.457	9.457	-	Custo amortizado
Contas a pagar - parte relacionada	13.476	13.476	17.497	17.497	-	Custo amortizado
Debêntures	148.184	134.019	142.657	142.657	-	Custo amortizado
	170.687	156.522	169.611	169.611		

Em 31 de dezembro de 2019, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

O valor justo do caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificadas da seguinte forma: Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo como valor justo por meio do resultado, caixa, contas a receber de clientes e fornecedores como custo amortizado.

As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

22.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Aplicações financeiras de liquidez	CDI	18.928	2,32%	3,47%	4,63%	5,79%	6,95%
	CDI	1.596	438	657	876	1.095	1.315
Investimentos de curto prazo	CDI	1.596	37	55	74	92	111

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
2ª Emissão de debêntures	IPCA	148.184	2,02%	3,02%	4,03%	5,04%	6,05%
			2.986	4.479	5.972	7.465	8.958

23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. Os valores investidos em benefícios a empregados somam o valor de R\$ 366 em 31 de dezembro 2019 e R\$ 57 em 31 de dezembro de 2018.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2019

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.573.269	402	18/06/2020
Risco de responsabilidade civil geral	500.000	309	18/06/2020
Total	2.073.269	711	

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora CRC 1SP237063/O-2